



## A ASCENSÃO DO BRASIL

Norman Gall

*O autor é membro do Centro de Pesquisas Internacionais da Fundação Carnegie para a Paz Internacional. Escreve sobre a América Latina para a "Commentary" e outras revistas. Este artigo é parte de um estudo mais longo que está realizando sobre o papel do Brasil no mundo.*

*O presente artigo foi traduzido da Revista "Commentary", janeiro 1977.*

**N**ós brasileiros, possuímos todas as condições para aspirar um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos geográficos possuímos um território de dimensões continentais com uma fronteira marítima de 7.900 km, adentrando pelo Atlântico Sul e uma fronteira terrestre ainda maior, de aproximadamente 18.000 km, limitando-se com 10 países sul-americanos. Nosso litoral, o mais extenso do Atlântico Sul, confronta-se com a África Ocidental. Em nosso território, a quinta maior extensão territorial de uma nação do planeta, não faltam recursos naturais como solo fértil, potencial hidrelétrico e riqueza mineral. Estamos ainda longe da exploração intensiva de nossos recursos, muitos dos quais ainda desconhecidos. Nossa liberdade de manobra está sendo provada dia a dia através do nosso domínio da tecnologia e da ciência, aplicado à estratégia do desenvolvimento nacional". General Carlos de Meira Mattos. "Brasil: Geopolítica e Destino" 1975.

Num período de tempo relativamente curto, o Brasil tornou-se uma nova força política no hemisfério ocidental. A maior e mais importante nação tropical do mundo, cujo tamanho, população e produto nacional bruto equivalem aproximadamente ao restante da América do Sul, transformou-se na décima economia do mundo, num importante parceiro comercial das potências industrializadas e um dos

campos de investimento mais compensadores para aplicação de excedentes de capital. Desde que os militares assumiram o poder, em abril de 1964, os bens das corporações multinacionais norte-americanas no Brasil multiplicaram-se seis vezes, até atingir quase 4 bilhões de dólares nos dias de hoje enquanto se desenrolava o milagre econômico, com taxas de crescimento médias de 10 por cento ao ano, no período 1968-1974.

Muitos estadistas estrangeiros buscam hoje agradar aos governantes militares no Brasil, com palavras entusiásticas sobre o futuro papel do país nos assuntos mundiais.

No ano passado, por exemplo, o Primeiro Ministro do Japão, Takeo Fukuda, visitou o Brasil durante a recessão mundial que se seguiu à quadruplicação dos preços do petróleo, logo após o conflito no Oriente Médio em 1973, para elogiar a importância de seus anfitriões, declarando na ocasião: "Depois da crise petrolífera tornou-se evidente que os recursos mundiais são limitados. Este é um acontecimento sem precedentes na história do mundo. Vosso país é uma potência do século XXI — uma potência de grandes recursos". Ansiando pelos suprimentos da cornucópia brasileira de matérias primas em troca da venda de equipamento industrial necessário para o desenvolvimento destes recursos, o Japão, no Brasil, começou a investir em aço, alumínio, construção naval, têxteis, indústria química, papel e agricultura. Em setembro último, o Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, visitou o Japão para assinar 15 diferentes acordos comerciais. Entre eles, o da construção do maior complexo industrial do mundo de produção de alumínio, 8 bilhões de dólares em compras de minério de ferro e polpa de papel a longo prazo, pelos japoneses, e da participação japonesa num esforço audaz de transformar o cerrado, região de vegetação de matas ralas do Planalto Central Brasileiro, em região produtora de cereais. O projeto abrange uma área do tamanho das Grandes Planícies dos Estados Unidos da América do Norte.

Apesar do crescente interesse de outros países, os EUA continuam sendo, de longe, a principal fonte de financiamento e tecnologia para o Brasil e permanecem estimulando suas aspirações a grande potência, há algum tempo. Em 1971, o Presidente Emílio Garrastazú Médici (1969/74), chefe do Serviço de Informações que veio a ser o Rei Sol do "milagre", fez uma visita oficial a Washington e escutou do Presidente Nixon:

"Para onde for o Brasil, irá o resto do continente latino-americano". Desde então, o falar e o negociar em alto nível, passou a ser um problema de protocolo na diplomacia das grandes potências com o Brasil. Mas os diplomatas, por motivos diplomáticos, talvez o estejam superestimando. Conquanto os estrangeiros obviamente estejam interessados no Brasil, como base de recursos e mercado, ainda não ficou esclarecido se o Brasil pode manter o rumo do desenvolvimento autônomo dentro de uma economia mundial que espera, nos próximos decênios, expandir-se em ritmo mais lento do que nos anos do pós-guerra. Ao mesmo tempo, o Brasil tem ainda que encontrar uma fórmula de política estável com maior legitimidade do que uma dita-

dura militar e sob a qual possa reconciliar seus conflitos sociais e as reivindicações por sua pujança, enquanto comanda os sacrifícios que serão necessários para sustentar o desenvolvimento econômico.

I

Durante 4 séculos, depois que a primeira colônia se estabeleceu nas costas brasileiras no ano de 1532, o Brasil permaneceu um conglomerado disperso e esparsamente povoado, de entrepostos de exportação, criados para a produção e o embarque de uma série de mercadorias comercialmente valiosas, tais como: madeiras corantes para a indústria de lã no Norte Europeu, o açúcar proveniente da economia à base de mão-de-obra escrava do Nordeste, o ouro do planalto central de Minas Gerais e Goiás, o café do Rio de Janeiro e São Paulo, e a borracha da Amazônia. Ocupados na exploração de concessões mais lucrativas na Ásia e na África e sobrecarregados por seus empreendimentos ultramarinos, foi com relutância que os portugueses estabeleceram sua primeira povoação no Brasil, três décadas após sua descoberta.

Pelo Século XVII, a situação inverteu-se e Portugal foi superado economicamente pelo Brasil, contudo ambos caíram sob a influência sucessiva dos holandeses e dos britânicos, até a Primeira Guerra Mundial.<sup>1</sup> Foram os britânicos que forneceram o financiamento e as ferrovias para a expansão do comércio cafeeiro e foi sob sua influência liberal que a escravidão terminou em 1888, e em consequência a República foi proclamada no ano seguinte. Essa república consolidou-se ante uma série de revoltas regionais contra um governo central fraco, levando um ex-ministro do Exterior a escrever confidencialmente, em 1929: "O Brasil, sem uma Marinha, sem um Exército e dividido até a medula quase nada vale na vida internacional."<sup>2</sup>

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o estrategista norte-americano Nicholas John Spykman observou: o Brasil é maior do que os EUA, mas a maior parte do seu território é composta de florestas tropicais e, sendo sua faixa costeira muito mais estreita, nela centraliza-se sua vida econômica, faltando-lhe, ainda, os recursos energéticos e a produtividade econômica necessários para sustentar uma potência militar".

O Brasil é considerado, hoje, seriamente, como um fator preponderante na política mundial, devido a algumas transformações extraordinárias ocorridas. Inicialmente citamos a ocorrência de uma expansão demográfica contínua e sem precedentes na evolução da espécie humana. Em 1900, o país comportava apenas 17 milhões de pessoas, e dizia-se que seu principal problema econômico era a escassez de mão-de-obra. Já em 1976, sua população elevou-se para 110 milhões e, de acordo

1 - A afirmação do domínio holandês sobre Portugal e Brasil está contida no original em inglês. (NT).

2 - Citado em *Brazil and the Great Powers, 1930-1939: Geopolitics of Trade Rivalry*, Editora da Universidade do Texas - 1975 -

com as projeções da ONU, atingirá a 212 milhões no ano 2.000. A História não registra qualquer precedente de aumento populacional dessa ordem, exceto nos EUA do século XIX, onde, contudo, a imigração desempenhou um papel muito mais preponderante.

Em segundo lugar, este aumento de população foi acompanhado e apoiado pelo extraordinário desempenho da economia brasileira, durante a maior parte do presente século. Embora não existam dados precisos sobre os primeiros decênios do século, cálculos recentes indicam que a economia cresceu, em termos reais, à razão de 6,1 por cento durante todo o período de 42 anos, de 1933 a 1974.<sup>3</sup> Em terceiro lugar, a porção de terra economicamente utilizável expandiu-se de 16 milhões de acres (cerca de 64 milhões de hectares), em 1920, para cerca de 90 milhões de acres (cerca de 365 milhões de hectares), meio século depois, uma das maiores taxas de crescimento no mundo, e segue expandindo-se ainda mais rapidamente na década de 1970, agora que o Brasil procura tornar-se um exportador de cereais. Em quarto lugar, para articular logisticamente essa expansão, foi empreendido um imenso programa de construção de estradas para penetrar no interior não desenvolvido do país, duplicando a rede de rodovias existentes em 1945.<sup>4</sup>

Nenhuma dessas mudanças poderia ter ocorrido sem uma reforma dramática e uma ampliação dos padrões de consumo de energia do país. Recentemente, em 1946, 70 por cento do suprimento de energia do Brasil era proveniente da lenha e do carvão. Nos primeiros anos da década de 70, o mesmo percentual era fornecido pelas termoeletricas a óleo e hidrelétricas, enquanto o orçamento energético total quadruplicava. Em outras palavras, o Brasil saltou de uma economia que queimava lenha para uma economia movida a petróleo no transcurso de uma geração, uma transição que na Europa se fez em três séculos. A ascensão econômica do Brasil foi estimulada pela rápida expansão da economia internacional nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial — uma expansão favorecida por um correspondente declínio do custo real da energia e dos alimentos, até a crise do petróleo e o aumento do preço das mercadorias em meados da década de 1970. Por último, as conquistas e a difusão dos conhecimentos da medicina diminuíram muito o índice de mortalidade, sobretudo, nas regiões tropicais, gerando uma pressão demográfica para a exploração da base de recursos do Brasil, ainda inviolados, um dos únicos territórios, nessas condições, que restavam no mundo.

Todas essas forças convergiram para o "milagre" brasileiro. O ano da cinderela do "milagre" foi 1973, quando o produto nacional bruto cresceu 11,4 por cento e a elevação do preço das matérias primas de inícios da década de 70 quase duplicou os preços das exportações agrícolas brasileiras. Naquele ano, a economia mundial expandiu-se espetacularmente, com o comércio entre as nações aumentando em

3 — *Industrialização e Política Econômica na Pesquisa e Planejamento Econômico*, de Wilson Sazigan — Rio 1975 — página 437.

4 — *The Brazilian Frontier in Comparative Studies*, MARTIN T. KATZMAN — 1975 — páginas 267-269.

um terço e o suprimento mundial de dinheiro crescendo 20 por cento. No Brasil, a expansão foi ainda mais espetacular, com o comércio estrangeiro e o suprimento monetário aumentando, cada um em 50 por cento. O Brasil então transformara-se no principal cliente do Banco Mundial, e o segundo exportador mundial de soja, situando-se após os EUA e competindo com este nos mercados europeu e japonês. Na década subsequente à assunção do poder pelos militares, ocorreram saltos na produção de aço, cimento, eletricidade, papel, aparelhos de televisão e refrigeradores. O dinheiro fluía para o Brasil, num fluxo embaraçoso quadruplicando suas reservas em dois anos (1972-74), e elevando suas reservas em moeda forte ao nível mais alto (6.8 bilhões de dólares), montante jamais acumulado por um país latino-americano. De fato, 1973, foi o ano em que tudo parecia possível. O Brasil lançava um programa destinado a triplicar a produção de aço até 1980. Equipes de construção com gigantescas máquinas de terraplenagem rompiam através de florestas densas e infinitas para entrecruzar de estradas a Bacia Amazônica, empreendimento muito mais ambicioso do que o sistema rodoviário interestadual dos EUA. A subsidiária ultramarina da Petrobrás, monopólio estatal de petróleo do Brasil, concluía acordos para a exploração de óleo em lugares tão diversos como o Iraque, Egito, Argélia, Líbia, Irã, Madagascar e Colômbia. Outras agências estatais negociavam acordos para fornecimentos necessariamente críticos de energia, com países vizinhos e davam início a um audacioso e controvertido projeto para a construção da maior barragem hidrelétrica do mundo, Itaipu, no rio fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

## II

A magnitude da conquista econômica brasileira não pode ser entendida sem mencionar a tecnologia que ajudou a torná-la possível. O Brasil talvez seja o primeiro grande país na história que se apoiou quase inteiramente no motor de combustão interna para desenvolver sua economia e unificar seu território. Seu súbito desenvolvimento foi ainda mais empolgante em virtude da falta de uma estrutura de apoio logístico, um país descentralizado e em época tão recente como no início deste século. Em 1950, custava proporcionalmente o mesmo preço transportar ao centro consumidor um saco de cereais da "fronteira do arroz" ao planalto central brasileiro, quanto transportar o trigo do centro-oeste a Nova Iorque, antes da construção do canal do Erie, na década de 1820.

Nos primeiros decênios deste século, a falta de comunicações internas no Brasil impediu a repressão de uma longa série de revoltas regionais que debilitaram o poder e a credibilidade do governo federal, levando o geógrafo norte-americano Preston James a declarar em 1939. "Mesmo em meio às proclamações patrióticas, existe uma audível onda de boatos, no Brasil, sobre o possível esfacelamento deste colosso entre as nações, em unidades menores e mais fracas".<sup>5</sup>

5 — Forces for Union and Desunion in BRAZIL — Journal of Geography, Outubro de 1939.

Desde então, o automóvel, o caminhão, o trator e o helicóptero fizeram para o Brasil o que a estrada de ferro e a ceifadeira haviam feito para os EUA, há um século. Com uma população e um território necessitando desesperadamente de melhores transportes, o Brasil aumentou o número de veículos particulares registrados de 236.000 em 1950 para mais de 4 milhões em 1975. O país situa-se como nono na indústria automotiva do mundo, tendo duplicado sua produção entre 1970 e 1974, colocando-o na iminência de tornar-se o primeiro país em desenvolvimento a juntar-se ao pequeno grupo de nações industriais que produzem mais de um milhão de veículos por ano.

Na foz do rio Amazonas, no final da década de 40, começou a construção da estrada Belém-Brasília, atravessando mais de 2.200 km de selvas e cerrados da região do planalto central, onde seria construída a nova capital do Brasil, dando início à expansão da rede rodoviária do país no período do pós-guerra, possibilitando rápido acesso ao interior pela primeira vez em sua história. Foi só após este esforço de construção de rodovias, alcançando um ritmo de trabalho acelerado, que começou a ser construída Brasília, a capital central do país, já prevista pela primeira constituição republicana (1891).

Graças ao trator, a agricultura do interior recentemente mecanizada empunha-se agora em tornar-se uma importante exportadora de cereais para o resto do mundo. Graças ao helicóptero, foi possível penetrar e explorar uma das únicas fontes de recursos de grandes proporções restantes no mundo e que permanece ainda relativamente intocada após 4 séculos de colonização moderna. Adaptando os helicópteros de combate do Vietnã ao uso civil, por exemplo, equipes de geólogos de campo puderam atingir pela primeira vez Carajás, um inacessível maciço de planaltos da Amazônia, que demonstrou conter o maior depósito de minério de ferro de alto teor jamais encontrado. A descoberta de Carajás revelou também ser o terceiro maior depósito de bauxita do mundo. Em Trombetas, outro conjunto de planaltos da selva amazônica induziram ao projeto Radam, a realizar a primeira busca e levantamento sistemático dos recursos da Amazônia, utilizando processos de esquadrinhamento lateral de radar, que foi autorizado a cair em domínio público pela Força Aérea Norte Americana em 1970.

Contudo, a tecnologia que ajudou a tornar o "milagre" possível poderá igualmente contribuir para o seu "malogro", pois a chave de tudo tem sido a disponibilidade de energia barata. Por força de decorrências geológicas, cremos que nenhuma outra nação continental seja tão deficiente quanto o Brasil em matéria de combustíveis fósseis economicamente exploráveis. A Petrobrás nunca foi capaz de fornecer mais do que um quarto das necessidades do País em suas operações domésticas. Nas décadas de 1950 a 1969, quando quintuplicaram as necessidades de fornecimento de energia, o Brasil pôde tirar vantagem do baixo preço do óleo importado. Depois que o preço do petróleo quadruplicou em 1973-74, momentaneamente todo o curso de seu futuro desenvolvimento econômico ficou ameaçado. Desde essa época suas dívidas multiplicaram-se e o capital estrangeiro foi cada vez mais sendo desviado dos projetos de desenvolvimento para compensar os imensos déficits co-

merciais causados pelo crescente aumento do custo das importações de petróleo.

Os urgentes esforços para aumentar seus recursos energéticos, minerais e agrícolas exigirão investimentos da ordem de 100 bilhões de dólares durante a próxima década. Por exemplo, o complexo industrial-mineral da Amazônia abrangerá minas a céu aberto, uma estrada de ferro de 960 km, novas instalações portuárias, a maior usina de processamento de alumínio do país, uma siderúrgica, uma imensa usina hidrelétrica para suprir energia a essas operações — custará mais de 10 bilhões de dólares para implantação. O plano de triplicação da produção de aço até 1980 custará 6 bilhões de dólares e o programa de expansão ferroviária em curso outros 7 bilhões.

Para atender à demanda de energia comercial, o país está procurando duplicar sua capacidade hidrelétrica nos próximos 8 anos, com o investimento de 20 bilhões de dólares, ou seja, um terço do investimento mundial projetado para usinas hidrelétricas. Outros 5 bilhões deverão ser gastos pela Petrobrás no esforço para reduzir as importações de petróleo descobrindo e ampliando as reservas brasileiras na plataforma continental. O acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, que provocou intensa controvérsia, pois trará uma estrutura básica comercial e meios para uma possível proliferação generalizada de armas nucleares, caso seja completamente provido dos instrumentos adequados, custará outros 10 bilhões de dólares, em reatores e fábricas de combustíveis. (Contudo, em fins de 1976, as pressões financeiras da crise de energia levaram o governo a anunciar reduções importantes nesse programa de investimentos diversificados, e provavelmente em outros mais poderão ocorrer.<sup>6</sup>

Como fizeram os EUA e a Rússia czarista há um século, o Brasil está procurando pagar suas importações de capital e tecnologia exportando matérias-primas e alimentos. Mas assim como a descoberta e o aumento de novos recursos minerais para exportação tornaram-se exorbitantemente dispendiosos por causa dos novos preços de energia, também as ambições do programa agrícola brasileiro dobraram ante a capacidade do país para pagar a tecnologia baseada em petróleo — não somente tratores e caminhões, mas também fertilizantes que tornaram o programa possível em primeira instância. Os acréscimos da produtividade agrícola brasileira não provieram de colheitas maiores, obtidas de terras já cultivadas, como na Índia e no México, mas sim do cultivo extensivo. O problema desta política reside no fato de que a medida que a fronteira avança para o interior, a qualidade do solo torna-se mais pobre e o trabalho agrícola, que há 25 anos era ainda executado quase exclusivamente a mão, utilizando enxadas e instrumentos primitivos de cavar, passou a necessitar mais energia e uma adequada estrutura logística. O desenvolvimento de maiores áreas do interior brasileiro representa um enorme desafio econômico, exigindo insumos subsidiários para maquinarias, combustível, fertilizantes, pesticidas e pes-

6 — Ver de autoria de NORMAN GALL "ATOMS FOR BRAZIL, DANGER FOR ALL" publicado simultaneamente em FOREIGN POLICY (23) e em BULLETIN OF THE ATOMIC SCIENTISTS de Junho de 1976.

quisa. Se esse padrão de desenvolvimento pode permanecer com os novos preços do óleo é uma pergunta que permanece sem resposta.

O alto custo da energia é apenas um fator que ameaça desfazer o "milagre" brasileiro. Outro fator potencialmente mais explosivo é o humano, especificamente o movimento incontrolado de gente em busca de terra e trabalho, a taxa de crescimento populacional e a tradicional dificuldade dos brasileiros em investir no que se poderia chamar de capital humano.

Nos estados do interior onde os níveis de natalidade estão entre os mais altos da história, aproximando-se dos do Oeste norte-americano há um século atrás, a mecanização subsidiada da agricultura e a consolidação de grandes empreendimentos levaram os trabalhadores rurais para as cidades onde as oportunidades de trabalho existentes são insuficientes, ou ainda, para as regiões mais remotas do interior. Somente o trabalho humano não foi assistido neste processo, onde o cultivo do café, baseado no trabalho intensivo, foi sendo substituído pelas lavouras mecanizadas de soja, milho e trigo. Dezenas de milhares de famílias de trabalhadores rurais têm sido deslocadas das fazendas do Estado do Paraná, que há apenas dois decênios era a mais rica área do interior brasileiro com sua terra roxa (solos vulcânicos vermelhos), e que ainda produz o grosso da colheita do café. Outras buscaram a Amazônia por ouvirem falar que lá existiam terras devolutas, tornando-se então motoristas de caminhão, ou compuseram a população flutuante que trabalha na construção de estradas e usinas hidrelétricas, em curso através do país.

O movimento populacional nas regiões fronteiriças tornou-se tão intenso e de tal amplitude, que sua impulsão só será contida com grande dificuldade. Perto do local de construção da imensa hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, projeto cinco vezes maior do que a represa de Assuã, no Egito, colonos brasileiros atravessam o rio Paraná, rumo às florestas inabitadas do Leste do Paraguai, para desmatar um dos poucos cinturões virgens de agrestes restantes no hemisfério ocidental. Embora a região continue sendo ainda, legalmente, parte da República do Paraguai, muitos brasileiros e estrangeiros declaram que esta área já foi incluída na órbita econômica cultural brasileira. Igualmente o Território Federal de Rondônia, na Amazônia, a 3.700 km ao Norte do Paraná, tem recebido fluxos de colonos provenientes dos Estados do Sul mais densamente povoados e que chegam em caminhões e ônibus, que rodam lentamente pelas novas e lamacentas estradas. Visto de um helicóptero, Rondônia parece ainda um denso e nebuloso Oceano verde, riscado pelos caprichosos meandros dos rios, da floresta onde até bem pouco tempo viviam apenas indígenas e alguns seringueiros isolados. Porém, a vegetação primitiva mostra agora as cicatrizes de clareiras desbravadas que vão avançando pela floresta a partir de novas estradas, com pastos, ranchos, e plantações incipientes despontando entre os troncos caídos de árvores enegrecidas que se espalham como palitos de fósforos queimados. Uma intensa busca por terras desencadeou-se em Rondônia e por todo o interior brasileiro. Imensas porções de selva têm sido compradas com fins especulativos e para grandes projetos agrícolas conduzidos por grandes companhias estabelecidas no Rio e em São Paulo. As mesmas terras mudam de dono, freqüentemente em ra-



ção de títulos fictícios, levando conflitos entre proprietários rivais e a expulsão de posseiros e colonos à força, difundindo pela fronteira um clima progressivo de violência que começa assemelhar-se com as lutas ocorridas no interior brasileiro entre fins do século XIX e início do século XX.

Em visita a Rondônia, em fins de 1974, conversei com o capitão Silvio Faria, ex-oficial do Exército que trabalhou na Amazônia durante 25 anos e é hoje chefe do escritório regional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Nosso objetivo básico é povoar a fronteira", disse ele. "Toda essa gente aqui vem do Sul dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais".

"Eles vêm para cá por causa das geadas que queimam uma lavoura de café após outra, por causa da elevação do preço das propriedades em sua terra natal e, principalmente, devido à ilusão de que a Amazônia é o Eldorado do Século XX. Mas, infelizmente, não é assim. Este ano, o INCRA vai distribuir 10.000 novas propriedades de 250 acres cada uma (100 hectares). Mas de que adiantará isso, se somente pela estrada Norte-Sul em média, 4.500 pessoas chegam aqui cada mês"?

Os vizinhos do Brasil já começam a preocupar-se com essa população rural altamente móvel, de 44 milhões de pessoas. Isto representa o dobro da totalidade da população da Argentina, o maior vizinho e seu rival na América do Sul, cuja população é muito mais sedentária e concentra-se em algumas poucas grandes cidades, distantes das fronteiras argentinas. Um analista argentino previu, em 1970, que a pressão populacional brasileira "deveria ser distribuída ao longo de todas as suas fronteiras, mas acreditamos que o centro dessa pressão política será o Sul, ao longo dos limites com a Argentina, Paraguai e Uruguai, onde está concentrada a maior e melhor população do Brasil".<sup>7</sup>

Acrescente-se que à incontrolada movimentação de pessoas o Brasil tem de se defrontar com uma elevada taxa de aumento populacional. O País corre para permanecer à frente do ciclone demográfico que já vem fazendo pesadas exigências às disponibilidades de capital e ao seu sistema político. A população vem crescendo na razão de 2,8 por cento ao ano, mais rápido do que qualquer outro país de grande extensão, com exceção da Indonésia. Enquanto durou o "milagre", os governantes brasileiros podiam contemplar sem temor as projeções que previam uma estabilização populacional em torno dos 390 milhões, na segunda metade do Século XXI. O Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto (1967-74) disse que "a questão do controle de natalidade não deve ocupar nossa atenção na presente fase do desenvolvimento brasileiro. *Se estamos condenados* (o grifo é de Delfim) a crescer economica-

7 — RAUL M. CRESPO, "La Presión Demográfica en Nuestras Fronteras", Revista de La Unión Industrial, nº 44, BUENOS AIRES: Janeiro-Março de 1970 — página 74.

8 — Do manuscrito de DOUGLAS H. GRAHAM e THOMAS W. WERRICK, *Population Growth and Economic Development in BRAZIL since 1800*. Sou grato aos autores por permitir que este e outros trabalhos em curso fossem postos a minha disposição.

mente na razão de 9 a 10 por cento ao ano, nada é ganho perdendo tempo com especulações sobre um fenômeno social tão desestimulante como este".<sup>8</sup>

### III

A geopolítica do crescimento populacional tem-se complicado com a intensificação do debate político sobre a distribuição da renda. Em 1972, ano em que a população do país atingiu aos 100 milhões, esta controvérsia começou com um artigo de Albert Fishlow, destacado economista, publicado na "American Economic Review".

Utilizando-se dos dados de recenseamento, Fishlow constatou que a participação na renda nacional dos 3,5% mais ricos da população brasileira subiu de 1 quarto para 1 terço da renda nacional, enquanto que a participação na renda de 43% mais pobres declinou de 11% em 1960 para 8% em 1970. Citando os mesmos dados, Robert Mc Namara, presidente do Banco Mundial, observou publicamente: "Em termos do PNB, o país saiu-se bem. Os muito ricos saíram-se muito bem. Mas, através de todo o decênio, os 40% mais pobres da população beneficiaram-se só superficialmente".

O debate nacional subsequente revelou uma série de estudos estatísticos de opositores ao regime, acerca da elevação da taxa de mortalidade infantil em algumas das principais cidades do Brasil, a qual, dizia-se, estava ligada ao declínio do valor real do salário mínimo. Foram relatadas enormes diferenças não só entre regiões, como também entre classes, a propósito de níveis de nutrição, consumo de energia per capita, alfabetização, renda e produtividade. O governo foi acusado de impor um programa de confisco dos assalariados a fim de financiar os investimentos das grandes corporações estatais e do setor privado, passando depois a manejar com o sistema de controle de preços para proteger aquelas poupanças forçadas contra a inflação. Fishlow argumentou que a política econômica do regime militar tinha como objetivo a "destruição do proletariado urbano, como ameaça política e o restabelecimento de uma ordem econômica preparada para a acumulação do capital privado".

Os industriais de São Paulo, Estado que consome metade da eletricidade do país e produz 56 por cento de suas mercadorias industrializadas, comparam sua relação com o resto do Brasil a uma locomotiva puxando um trem de vagões vazios. Os vagões vazios tornaram-se uma importante questão no Brasil, mas permanece ainda o fato de que a expansão econômica e demográfica do país, neste século, provavelmente não poderia ocorrer sem grandes distorções, sobretudo numa sociedade onde a escravidão não foi abolida senão em 1888.

Existem poucas dúvidas de que a política econômica favoreceu os ricos, desde 1964. Contudo, o real problema está na natureza extensiva e absoluta da pobreza brasileira, o que leva a criar uma mentalidade calvinista entre os grandes consumidores. Enquanto o número de carros particulares e aparelhos de televisão em uso aumentou segundo a média espetacular de 14 por cento ao ano, desde 1960, a

ampliação de comodidades básicas como consumo de carne, papel de imprensa e o número de lares usando eletricidade alcançou 3 por cento, taxa consideravelmente inferior à média da urbanização. Tal é a extensão da pobreza que o atual ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, pode francamente declarar as opções brasileiras da seguinte maneira: "Uma transferência de riqueza dos 20 por cento mais ricos para os 80 por cento mais pobres provavelmente aumentaria a procura de alimentos, mas não a de automóveis. O resultado de uma súbita redistribuição seria simplesmente o de gerar inflação no setor de produção de alimentos e excesso de capacidade na indústria de automóveis.<sup>9</sup>

O dilema que o governo enfrenta foi dramatizado pelos tumultos nos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, em 1975. Os distúrbios foram frutos da relutância tradicional dos brasileiros em investir no capital humano, mesmo quando daí pudessem advir benefícios econômicos diretos como operários chegando pontualmente no trabalho e em condições para desenvolvê-lo durante todo o dia.

As 500.000 pessoas que precisam utilizar a Estrada de Ferro Central do Brasil, que tem um século de idade, para ir trabalhar todos os dias, moram na Baixada Fluminense, terras baixas numa região ensolarada ao norte do Rio, onde uma população de 3 milhões habita o que antes era um vasto laranjal e agora é ocupado principalmente por favelas, ou casas de taipa, cuja população cresce na razão de 12 por cento ao ano. A maioria de seus habitantes vem das regiões esquecidas do sertão nordestino e labutam como zeladores, empregadas domésticas, vigias, vendedores ambulantes, operários de construção, balconistas, professores e bancários de baixa categoria. Devido ao transporte apinhado e irregular da Central do Brasil, muitos usuários têm de sair entre duas e três da madrugada para chegarem ao Rio na hora do trabalho.

O material rolante da Central parece com os velhos vagões do subterrâneo de Nova Iorque, com a diferença de que os trens superlotados viajam regularmente de portas abertas. Os passageiros em excesso, os chamados "pingentes" literalmente pendentes, agarram-se, por fora dos carros, às portas e janelas, ou ao teto dos vagões. Os trilhos da linha suburbana suportam também um tráfego pesado de trens de minérios e de carga, que se dirigem ao interior e freqüentemente recebem prioridade de passagem devido à sua importância estratégica. A sobrecarga na linha, o equipamento rolante antigo e manutenção mal feita nos engates no leito da via férrea, sistema de sinalização e ligações, tem cobrado um alto índice de mortalidade, ao curso dos anos, em acidentes, tanto resultantes de choques de trens como, mais freqüente, nos casos de quedas de pingentes, especialmente quando duas composições cruzam-se em movimento.

Às 6,30 da manhã do dia 24 de junho de 1975, as multidões que viajavam de comunidades vizinhas para trabalhar no centro do Rio de Janeiro subitamente começaram a saquear, quebrar e incendiar os trens, as plataformas, os guichês, as lanchonetes e os armazéns ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, até a or-

9 - SIMONSEN, M. H. BRASIL 2002 Rio 1974 - página 66

dem ser restaurada por tropas de choque do Exército e da Polícia Militar. Três semanas mais tarde, na noite de 17 de julho, 14 pessoas morreram e 376 ficaram feridas no pior desastre ferroviário do Rio de Janeiro em quase duas décadas. Um trem de passageiros, com 40 anos de serviço e carregando 1.200 passageiros, fazia uma curva fechada com excesso de velocidade, quando seus cinco primeiros carros saíram dos trilhos. Três dos carros chocaram-se na quadra da Escola de Samba Império Serrano, que ensaiava para o carnaval do corrente ano. O Presidente Geisel cancelou uma viagem ao Nordeste e voou para o Rio, passando o dia todo a inspecionar as condições da Central do Brasil. Ao término, disse ao presidente e ao conselho deliberativo da ferrovia: "Quero resultados imediatos; o povo quer resultados imediatos". Passadas duas semanas, demitiu-os. No dia seguinte à demissão, Geisel inaugurou uma sessão do Congresso com um discurso transmitido pela televisão, que demonstrava o quanto o governo havia sido abalado.

"Está provada a participação de agentes subversivos na pilhagem e destruição que ocorreram recentemente nos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, e está sendo examinada a hipótese provável de que teriam sido cometidos ali atos de sabotagem. . . Os órgãos de segurança tomaram medidas preventivas contra pronunciamentos e provocações que levem à subversão interna. Em diferentes regiões, indivíduos pertencentes a organizações ilegais foram presos, submetidos a investigação policial e a subsequente ação judicial, como violadores da lei de segurança. Os serviços de informação acompanharam cuidadosamente a infiltração comunista nos órgãos de comunicação, nos órgãos de classe, sindicatos de trabalhadores, administração pública, especialmente na área da educação e também nos partidos políticos".

#### IV

As palavras de Geisel representaram um recuo tático em sua campanha de "distensão" da ditadura brasileira. Quando assumiu a Presidência em março de 1974, abrindo o segundo decênio de governo militar no Brasil, Geisel poderia facilmente ter aproveitado os embaraços financeiros criados pelos novos preços do petróleo como pretexto para combinar a austeridade econômica à continuação da repressão política. Embora, inicialmente, todos tivessem prometido a liberação política, cada um dos três generais que, antes dele, governaram, depois de 1964, terminaram seus períodos presidindo um sistema ainda mais repressivo do que aquele que herdaram principalmente como consequência das confrontações com a linha dura do exército, que impunha prioridades maiores para segurança interna e o desenvolvimento econômico.

Contudo, o que tem sido mais surpreendente a respeito da presidência de Geisel, é a intensa determinação com que esse taciturno burocrata militar, de estatura elevada e cabelos brancos, tem levado avante sua proposta de "distensão" política, não obstante os consideráveis recuos e desvios necessários para evitar os tipos de confrontação que destruíram os prévios esforços pela liberalização.

A "distensão", no Brasil, defronta-se com enormes dificuldades, tanto políticas quanto econômicas. Qualquer democratização real preliminarmente significaria uma transferência de riqueza tão grande, para melhorar os níveis de consumo dos pobres, que privaria o país do capital necessário para o desenvolvimento econômico acelerado. O Brasil não é um caso isolado, é claro, pois o conflito entre os interesses do consumo e da formação de capital poderá ser um dos principais desafios à coerência e à sobrevivência das democracias industriais avançadas, nas décadas futuras. Este ponto de atrito tornar-se-á cada vez mais preponderante e afetará progressivamente a países como o Brasil, enquanto imensas somas tenham que ser economizadas e mobilizadas para financiar tecnologias e organizações mais complexas necessárias para manter o fluxo de alimentos e matérias-primas aos mercados consumidores a longas distâncias, desde áreas pouco acessíveis e depósitos menos produtivos naturalmente do que os que atenderam às exigências mais modestas do mundo, no passado.

Foi a tendência a menosprezar essas realidades que contribuiu para o crescimento das pressões inflacionárias surgidas no mundo inteiro, na medida em que um número crescente de pessoas elevou-se acima do nível de subsistência na atividade econômica, passando a comerciar com papel-moeda em vez de trocar mercadorias e se mudando para as cidades, adquirindo educação e voto, passou a fazer exigências políticas e econômicas que aumentaram radicalmente o custo e a complexidade da vida nacional. Países como o Brasil, que originalmente estavam na periferia da economia mundial, consumindo pouco e exportando riqueza para os centros metropolitanos, tornaram-se, eles próprios, centros de consumo, competindo pelos recursos com os tradicionais polos centrais. Enquanto a população mundial está expandindo-se à razão de 1,9 por cento anualmente, o número de consumidores da classe média, no mundo, tem crescido na razão de 4,7 por cento, nestas últimas décadas, preocupando a extensiva da produção de muitas sociedades.<sup>10</sup>

Desfrutando de rápido crescimento econômico nos anos de pós-guerra, muitas nações latino-americanas foram tentadas a superar as limitações de recursos e de produtividade inflacionando os meios de pagamento. A moda difundiu-se de tal modo que economistas temerários encararam a inflação como uma maneira miraculosa de contemporizar os conflitos de salvação de recursos, enquanto buscavam um desenvolvimento econômico rápido.

No entanto realizar este jogo perigoso conduziu a uma inflação de 80% no Brasil e a mais de 300% no Chile e na Argentina, concluindo por conduzir a uma repressão política e econômica pelos regimes militares.

Estas irrupções inflacionárias, seguidas de repressão econômica e política, refletem as limitações de recursos que foram ignorados na rápida expansão da economia mundial, durante os anos de pós-guerra. "Essa expansão pode ter sido o cli-

10 — NATHAN REYFITZ, "World Resources Scientific American Nes, Julho de 1976.

11 — Segunda Edição, Universidade do Texas — 1964 — página 301.

max da Revolução Industrial dos dois últimos séculos na qual, progressivamente inclinavam-se todos a esquecer o quanto a base de recursos virgens do Novo Mundo contribuiu para a organização política e econômica do Ocidente". Walter Prescott Webb escreveu, há uma geração, em "The Great Frontier":<sup>11</sup>

Face à expansão territorial para o interior, capitalismo e democracia podiam coexistir, mas quando examinamos em profundidade, vemos que na realidade o interior subsidiava a ambos, de uma forma que relutamos em admitir. Devemos lembrar que durante todo o tempo em que a democracia e o capitalismo progrediam rapidamente, o soberano distribuía a área rural ao povo e aos capitalistas com mão dadivosa, em bases praticamente gratuitas. O que o soberano tinha no interior era terra, como era necessária uma considerável quantidade de trabalho para cavá-la, em busca de minerais, ou para desmatá-la ou para construir casas de fazenda. E porque o processo de distribuição se estendeu por um longo período de tempo, todas as pessoas envolvidas perderam de vista o fato de que tais procedimentos foram extraordinários, e que o maior dividendo da história do mundo estava sendo doado a pessoas que não haviam feito qualquer investimento considerável.

Com o desaparecimento dos interiores em outras áreas, a gigantesca base de recursos do Brasil, seu dinamismo interno e seus baixos níveis de consumo, equipararam-no para representar um papel de crescente importância, ao final do século XX. Ao mesmo tempo, com considerável ajuda dos EUA, o Brasil tornou-se um exemplo clássico de uma economia de desenvolvimento acelerado com salários baixos, do período de pós-guerra. Essas vantagens relativas foram acentuadas pela repressão política e econômica e pela estratégia geopolítica do regime militar que assumiu o poder no país, em 1964, com substancial apoio da classe média.

Um dos aspectos mais perturbadores do triunfo do autoritarismo no Brasil foi a proliferação de pequenos brasis em outras partes da América Latina. O governo militar estabelecido em 1964 foi amplamente considerado, pelos próprios generais, como "excepcional", um afastamento temporário do ideal predominante no Ocidente, da democracia constitucional. Das outras nove repúblicas sul-americanas, somente as duas mais atrasadas — o Paraguai e o Equador — achavam-se então sob o domínio militar. Hoje, contudo, há apenas dois governos civis no mesmo grupo de nações. O "modelo" brasileiro pareceu tão bem sucedido aos observadores em termos de promoção do crescimento econômico, redução da inflação, esmagamento da insurreição esquerdista, limitação do consumo de massas, controle das tensões sociais e mobilização política, que sua influência se espalhou nos últimos 12 anos, aos demais exércitos da região. As mais recentes e brutais dessas ditaduras provêm de três repúblicas latino-americanas mais europeizadas o Chile, a Argentina e o Uruguai, cada uma delas altamente urbanizadas e alfabetizadas, com pequenas taxas de aumento populacional, tradições políticas progressistas e uma grande classe média. Em cada um desses países, como no Brasil, o Exército tomou o poder após a ocorrência de ruidosas ondas inflacionárias, que refletiram a incapacidade dos líderes políticos de tomar decisões arriscadas para manter os níveis crescentes de consumo pessoal dentro da produtividade nacional.

A ominosa disseminação de ditaduras, neste último decênio, entre as nações de economias relativamente simples da América Latina, foi acompanhada pela ascensão do capitalismo de Estado, como modelo dominante de organização econômica. O controle estatal direto dos bancos e das indústrias básicas na América Latina foi geralmente adotado, tanto como instrumento de poupança forçada e acesso prioritário ao capital, quanto, como contraposição política à influência das corporações estrangeiras. Essa tendência ganhou impulso nos últimos decênios, junto com o crescimento da classe média e a formulação de ideologias de desenvolvimento, começando a criação de uma companhia estatal de petróleo na Argentina, em 1922, e com a nacionalização das companhias petrolíferas estrangeiras da Bolívia e do México, em fins da década de 1930.<sup>12</sup>

No Brasil os elementos mais autoritários do Exército revelaram-se os mais ardentes adeptos das políticas econômicas nacionalista e estatizante, desde a década de 1930, quando os poderes do governo central foram radicalmente expandidos, sob a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Até 1972, 60 por cento de todos os empréstimos ao setor privado brasileiro originaram-se de instituições financeiras do governo, principalmente de poupanças forçadas, deduzidas das folhas de pagamento. A participação do governo no total de investimentos fixos subiu de 15 por cento logo após a Segunda Guerra Mundial, para 50 por cento, hoje. As organizações estatais agora ou monopolizam ou dominam as indústrias básicas como o petróleo, a petroquímica, a energia elétrica, o aço e a mineração, muitas vezes aceitando as companhias multinacionais como sócias minoritárias. Alguns desses gigantes atingiram estatura internacional em seus campos: a Companhia Vale do Rio Doce, conglomerado estatal de mineração, é a maior exportadora de minério de ferro; a Eletrobrás está executando o maior programa hidrelétrico jamais tentado, e a Petrobrás que está colocada como 21ª firma industrial do mundo, fora dos EUA. Ao mesmo tempo, essas companhias têm criado muitas subsidiárias, em campos relacionados com as atividades fins e hoje, das 145 firmas de propriedade do governo, dois terços formaram-se no último decênio.

Tais acontecimentos levaram a uma glorificação dos Estados pelos tecnocratas e pelos militares da linha dura, que sempre defenderam suas ações em nome de uma concepção de democracia amparada nos princípios estadistas do Direito Romano.

A respeito, do novo comandante do IV Exército, que controla o Nordeste em sua área e que já granjeou para si uma longa lista de repressões políticas, declarou recentemente às suas tropas: "A democracia que buscamos não é necessariamente tépida, negligente, rastejante, temerosa, inerte e indefesa, tremendo diante de slo-

12 — Estudos deste movimento diante do capitalismo de Estado estão no meu *Copper Is the Way of Chile* (1972) e *Bolívia; The Price of Tin* (1974), *American Universities Field Staff Reports, West Coast South America Series*, e em meu "The Challenge of Venezuela Oil", *Foreign Policy* (18), março 1975.

gans pré-fabricados, maliciosamente baseados na liberdade e nos direitos humanos. Os traficantes dessa linha esquecem propositadamente que a liberdade e os direitos emanam do Estado. O Estado concede tais privilégios ao homem e, portanto, não pode ser subordinado a essas prerrogativas, para não ser afligido pela anarquia".

A despeito dos militares dominarem o Brasil no momento e em futuro próximo, não conseguem administrar sozinhos um empreendimento tão complexo e parecem continuamente divididos sobre o que fazer com o país. Um arguto historiador caracterizou, há alguns anos, o governo militar do Brasil como "uma situação autoritária, mais do que um regime autoritário", que continua atravessando "experiências constantes e indecisas, com várias alternativas e uma série de golpes e quase-golpes".<sup>13</sup> A politicagem parece ter cansado tanto os oficiais que, após ter visitado vários quartéis, em meados de 1968, um observador informou: existem cansaço e frustrações crescentes em relação às responsabilidades do governo. . . Foi-me manifestado com freqüência o desejo de que os militares se afastassem da política instalando um presidente civil, em 1970.<sup>14</sup> Ocorreram, então, as manifestações estudantis de rua de fins de 68, o ataque aos militares feitos por um jovem congressista, o fechamento do Congresso por um decreto presidencial, a suspensão do habeas-corpus, a imposição da censura à imprensa, mais uma série de expurgos políticos, e o sequestro dos embaixadores dos EUA, da Alemanha e da Suíça, em 1969-70, como parte de um movimento de guerrilha urbana nas principais cidades do país. Ironicamente, foi a brutalidade empregada para esmagar a insurreição de esquerda que inspirou os militares à reação levando-os ao movimento de descompressão política.

A elite brasileira dividiu suas opiniões a respeito da comunidade ao prolongamento indefinido da associação entre a ditadura militar e a estatização econômica.

Elementos chaves da liderança militar, chefiados por Geisel, acreditam, que as injustiças sociais têm de ser remediadas, até certo ponto, para que não criem tensões incontroláveis. Os intelectuais e os profissionais liberais, assim como muitos membros da burocracia, criticam o sistema em nome da justiça social, da democracia e dos direitos humanos, mas pouco falam a respeito do controle estatal da economia.

Por outro lado, embora a comunidade brasileira de negócios beneficie-se enormemente com os fatores do governo, seus chefes reclamam abertamente contra a rápida e crescente apropriação governamental das indústrias básicas. Mas esses mesmos homens de negócios desejam que continue a repressão política e econômica para evitar as greves que foram proibidas desde 1964 e para manter seu acesso privilegiado aos superavits econômicos do País.

13 — Juan J. Linz, "The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil", in Alfred Stepan, ed., *Authoritarian Brazil*, Yale University Press, 1973, pp 235 and 254.

14 — Alfred Stepan, *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*, Princeton University Press, 1971, p. 259.



Em julho, o ex-presidente Médici parecia apoiar esse ponto de vista, em seu primeiro discurso, desde que deixou o cargo. Geisel respondeu uma semana depois, em discurso de improviso, passando explicitamente sobre as cabeças da crescente oposição dos homens de negócios e dos militares da linha dura, para pedir um pronunciamento popular a favor da continuação das reformas. "Dêem-nos sua confiança e julguem-nos com cuidado", disse aos trabalhadores de uma grande siderúrgica paulista. Se esse julgamento for positivo, então apoiem-nos com a prerrogativa máxima de que os senhores possuem — o voto. Geisel buscou um pronunciamento popular nas eleições municipais de âmbito nacional, de novembro de 1976, ou pelo menos, um número suficiente de votos a favor do partido do governo para provar à linha dura que ele controlava plenamente o processo político. Embora a oposição, como se esperava, vencesse nas grandes cidades, o governo conseguiu votos suficientes no interior para alcançar seus objetivos. Mas a inflação subiu novamente a quase 50 por cento, em 1976, devido aos esforços de Geisel, compreendidos em sua estratégia eleitoral, para adiar a opção entre a distribuição da renda e os imensos investimentos exigidos pelo programa de desenvolvimento do Brasil. Com as eleições ultrapassadas, o Brasil poderá estar entrando num novo período de austeridade econômica e repressão política.

Além disso, recentemente, uma série de atos de elementos direitistas ocorreram, num aparente esforço para desestimular qualquer mobilização a favor da liberalização política. Ocorreram lançamentos de bombas, sem explicação, em um instituto de pesquisa social em São Paulo, e nas sedes das associações de advogados e jornalistas do Rio, incidentes esses que foram ligados ao sequestro, em setembro último, por um grupo conhecido como Associação-Anti-Comunista-Brasileira, do bispo de 58 anos de idade de Nova Iguaçu, localidade próxima do Rio de Janeiro. Os raptos tiraram a roupa do bispo e pintaram seu corpo de vermelho, jogando-o depois num terreno baldio, a vários quilômetros de distância. Seu carro foi destruído por explosão na mesma noite, em frente a sede do Conselho Nacional de Bispos do Brasil, no centro da cidade. O bispo sugeriu mais tarde que todos esses acontecimentos "poderiam representar um endurecimento do sistema político". Uma semana antes, o presidente Geisel, no fim de sua triunfal visita ao Japão, repetiu sua freqüente advertência de que a "distensão" política somente poderia funcionar, no Brasil, dentro de um processo "seguro e gradual".

"Não estamos vivendo nos tempos de Montesquieu", declarou. "Não pode haver um regime democrático onde existem favelas e pessoas morrendo de fome."

A procura de uma fórmula política factível e coerente para o Brasil, nos próximos anos, certamente afetará o rumo de seu desenvolvimento econômico e as principais ambições de poder de seus governantes. Da mesma forma que os EUA, a Rússia e o Japão, no Século XIX, o Brasil está fazendo pesados empréstimos de capital e tecnologia enquanto procura adaptar suas instituições às necessidades de um crescimento acelerado.<sup>15</sup> A importância internacional do Brasil, com a dos EUA e da Rússia czarista, há um século, origina-se menos de sua força militar do que da in-

fluência gerada por sua população, recursos e indústrias e das demandas efetivas que faz sobre os capitais e a tecnologia disponíveis nos mercados mundiais. Mas enquanto as outras grandes potências consolidaram seu desenvolvimento ao longo de um período de pelo menos 100 anos, o Brasil lançou-se à evidência quando ainda mal começava a organizar o controle de seu próprio território, estabelecendo as bases de um desenvolvimento econômico permanente. Tudo indica que hoje a fase crítica do desenvolvimento brasileiro ocorrerá durante um período de reduzida expansão da economia mundial, em meio a uma competição muito mais intensa pelos capitais e recursos.

Os aumentos do preço do óleo levaram a audaciosas improvisações financeiras em todo o mundo, que serão difíceis de sustentar sob o impacto cumulativo, ano após ano, de grandes déficits comerciais, como ocorre em diversos países. Embora o impacto dos preços do petróleo tenha ficado um tanto diluído pela inflação, à medida em que os EUA e os principais governos europeus mais do que triplicaram seus gastos deficitários, desde 1973, para sustentar a atividade econômica, os países em desenvolvimento foram forçados a contrair empréstimos desesperadores no exterior, a fim de garantir sua participação no cenário da economia internacional.

Por causa deste potencial, o dinheiro continuou entrando no Brasil nos últimos decênios. Sua dívida externa, hoje de 27 bilhões de dólares, duplicou a cada três anos desde 1973, podendo o Brasil continuar a fazer empréstimos na razão de 400 milhões de dólares por mês, destinados ao desenvolvimento, e agora para aliviar a sobrecarga das importações de petróleo. Contudo, embora o Brasil tenha podido atrair do exterior a mais alta taxa de entrada de capitais do mundo, um executivo do City Bank, disse este ano, numa reunião de investidores estrangeiros no Brasil, que o "grande aumento da dívida externa brasileira e de outros países menos desenvolvidos, em geral, despertou temores de insolvência. Tais receios foram alimentados pela imprensa e por solicitações feitas por alguns países em conferências internacionais, para que fossem perdoadas dívidas ou concedidas moratórias. Portanto, o Brasil deverá enfrentar o fato de que, dentro desse quadro geral, lhe será interrogado de como irá pagar toda essa dívida".

Dependendo de como enfrentará o desafio de um acesso mais parcimonioso ao capital e aos recursos energéticos externos, o Brasil poderá ser uma potência ou uma massa falida no ano 2.000. Os recursos brasileiros e sua mão-de-obra barata dão-lhe uma vantagem competitiva na economia internacional, se o país souber adaptar-se, inovar e manobrar com habilidade para evitar que os novos custos de combustíveis o arruinem. Nos últimos decênios, absorveu com êxito a tecnologia dos centros de inovação dos EUA, Europa e Japão, embora seus esforços desenvolvi-

15 — Algumas comparações úteis estão contidas na obra *The Modernization of Russia and Japão* de CYRIL BLACK e outros. Trata-se do esforço de um grupo de oito especialistas do Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Princeton, que ajudam a definir os fatores do Poder Nacional quando estas Nações se desenvolveram no século passado.

mentistas tenham tropeçado recentemente ante a escassez de mão-de-obra especializada. Se o capital e o conhecimento forem adequadamente investidos no desenvolvimento de seus recursos, o Brasil poderá ampliar sua função de fornecedor de alimentos, bens industrializados e matérias-primas a um mundo cada vez mais tolhido por limitações de recursos. Por outro lado, se não puder equilibrar a equação, alimentar seu povo e fazer os investimentos de que tanto necessita para seu futuro crescimento, o "modelo" brasileiro poderá transformar-se rapidamente numa ditadura mais repressiva.

Por último, vem a questão das relações do Brasil com os EUA. O Brasil está enraizado cultural e ideologicamente no Ocidente, apesar de ter sido uma vasta e esparsamente povoada dependência colonial de uma das nações mais atrasadas da Europa. Hoje, sob a pressão da crise de energia, quando parece correr o perigo de regredir a formas políticas ainda mais autoritárias, o Brasil afasta-se também de sua tradicional amizade com os EUA e toma um caminho de "pragmatismo ecumênico" em sua política externa. Em conferência pronunciada em Londres, no ano passado, o ministro do Exterior, Antonio Azeredo da Silveira, explicou essa nova diplomacia: "Durante a guerra fria, exigia-se um rígido alinhamento das nações em desenvolvimento que partilham dos valores básicos do Ocidente, com o país líder do bloco ocidental. O motivo disso, ou, se quiserem, o pretexto, foi o de que o futuro de todo o sistema estava em jogo, e que a união era o preço da sobrevivência". Observando que "tais realidades não mais se aplicam ao último quartel deste século", Silveira anunciou que uma potência emergente, com um amplo espectro de interesse, em muitos campos, não pode se permitir alinhamentos rígidos, arraigados no passado, que limitem sua ação no cenário mundial".

Esse "pragmatismo ecumênico" talvez não passe simplesmente de uma repetição, em circunstâncias diferentes, da política externa independente" dos governos brasileiros eleitos de fins da década de 1950 e início da de 1960, que foi temporariamente modificada pelo movimento militar de 1964. Ligado com fortes elos tanto às nações industrializadas como às em desenvolvimento, o Brasil vem procurando explorar a ambigüidade estrutural de sua posição, ao mesmo tempo em que foge da sugestão das grandes potências para que desempenhe um papel de mediador no Diálogo Norte-Sul. No banquete oficial que celebrava o acordo de consultas semestrais entre os ministros do Exterior dos dois países, o secretário de Estado Henry Kissinger, observou, não sem ironia:

"O Brasil, em virtude do seu tamanho, de sua história, de sua tradicional amizade com os EUA, pode conduzir uma política exterior livre de complexos. O Brasil acha-se convenientemente dividido em duas partes — uma é superdesenvolvida e a outra é um tanto subdesenvolvida — e, portanto, pode conduzir a política externa que desejar, quer juntando-se às nações industriais, quer liderando o terceiro mundo, conforme melhor lhe aprouver no momento."

A partir de 1973, o Brasil reorientou totalmente sua política externa, num esforço concentrado para garantir o suprimento de energia importada e para criar

meios de pagamento. Fez acordos com os vizinhos em busca do gás natural da Bolívia, do carvão colombiano e da força hidrelétrica, através de projetos conjuntos nas margens dos rios, com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Também abriu seu território, pela primeira vez, à exploração de companhias petrolíferas estrangeiras, enquanto a Petrobrás fazia descobertas no Iraque e na Argélia, dentro de contratos de serviço negociados em início da década de 1970 e realizados em 1976.

Em 1975, o Brasil tomou três medidas dramáticas de política exterior que causaram certo atrito em suas relações com os EUA. Uma foi o reconhecimento imediato da independência de Angola fato consumado mais tarde, com a presença das tropas cubanas, equipadas com armas soviéticas. A Petrobrás vinha procurando, desde 1968, obter concessões petrolíferas naquele país. Tratava-se de uma súbita inversão do apoio dado antes pelo Brasil aos interesses coloniais sul-africanos e portugueses com a intenção de consolidar um "condomínio" geopolítico do Atlântico Sul. A segunda grande medida foi o acordo com a Alemanha Ocidental, para a construção de 8 usinas nucleares no Brasil, além de instalações para o enriquecimento e o reprocessamento do urânio que forneceriam a base tecnológica para a produção de armas nucleares. A seguir, numa demonstração de "pragmatismo ecumênico", que foi amargamente criticada tanto dentro como fora do país, o Brasil colocou-se ao lado das três únicas nações latino-americanas que se juntaram à maioria da Assembleia Geral da ONU para declarar que "o sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial". Além disso, especula-se com crescente frequência que o regime militar anti-comunista do Brasil poderá reatar relações diplomáticas com Cuba, se esta entrar em conflito com a nova administração de Carter sobre questões de direitos humanos, proliferação nuclear, comércio e dívidas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA puderam mobilizar o apoio quase unânime dos latino-americanos a favor da causa aliada, sobretudo porque a democracia norte-americana era o padrão político predominante para o hemisfério. A ascensão do Brasil e a expansão das ditaduras na região sugerem que já não é assim. Uma crescente divergência de objetivos e padrões criou dificuldades com o Brasil que, por sua vez, poderá condicionar as futuras relações dos EUA com o resto da América Latina. Por exemplo, em 1976, o Congresso Norte-Americano votou uma proibição a toda ajuda militar e à maioria da ajuda econômica a nações latino-americanas que demonstrem uma tendência consistente de violação grosseira à direitos humanos internacionalmente reconhecidos". Problema mais sério para o futuro é o fato de que os EUA, provavelmente, terão menos capital, à disposição para investimentos no exterior, nos próximos decênios, devido às suas próprias exigências de capital, especialmente no campo da energia.

Enquanto isso, o Brasil está começando a entrar em competição com os países industrializados na exportação de certos bens manufaturados, como aviões pequenos e automóveis. Como parte de sua campanha intensiva de substituição de importações nos últimos dois decênios, o Brasil já recebeu um amplo espectro de padrão de tecnologia industrial, através da imposição que fez às companhias multinacionais para produzirem seus bens dentro do país, a fim de continuarem venden-

do no mercado brasileiro. Essas mesmas companhias são, então, induzidas por pressões e incentivos, a competir com as fábricas da matriz, exportando os produtos fabricados no Brasil. Esse novo alcance tecnológico também está ajudando o Brasil a dominar o interior da América do Sul, segundo linhas de força que emanam da megalópole de São Paulo.

Existem fortes pressões na América do Norte organizando-se para que mais seletividade ocorra nas futuras exportações de tecnologia. Ao mesmo tempo, porém, tornou-se extremamente importante que a cooperação científica e a transferência de tecnologia continuem em certas áreas críticas, como na dos alimentos e energia.

Um crescente corpo de opinião científica acredita que a crise energética do BRASIL pode tornar-se o agente catalisador para o desenvolvimento de novas indústrias de ciclos de combustível, utilizando processos fotossintéticos, que podem alcançar na maior das adaptações da humanidade, especialmente nas áreas tropicais onde existem em abundância, vegetação, radiação solar, terra e chuva.<sup>16</sup>

Se tais processos determinarão ou não formas políticas humanitárias dependerá, em parte, de uma certa ascensão econômica do Brasil. Apesar das enormes dificuldades, existem forças trabalhando em prol da decência política, que devem ser encorajadas por todos os meios possíveis. Por todas essas razões, a ascensão do Brasil representa muitos desafios à humanidade, dos quais não é o menor a preservação da característica do Novo Mundo como uma região de esperanças.

---

16 — Este trecho de pensamento científico está espelhado em *Energy Alternatives for Brazil*, de Philip H. Abelson publicado em *Science* 8 de Agosto de 1975. Alan Paole e Robert Williams. Flower Power Projetos de Energia Photosynthetic.